

Entrevista: Paulo Campelo, presidente da OAB-AP

25/01/2018

Assim como em outros estados da região Norte do Brasil, o Amapá sofre com a infraestrutura precária de internet. De acordo com o presidente da seccional amapaense da Ordem dos Advogados do Brasil, Paulo Campelo, a situação é tão ruim que a advocacia mal consegue "ver o andamento processual".

OAB-AP



"Esse é um dos grandes entraves aqui no estado, acredito que por conta da distância. Aqui, em alguns lugares, a internet é ainda por rádio. São poucas empresas que ofertam fibra ótica aqui no estado. E essa tecnologia ainda é cara por aqui. Imagine o custo para um advogado que está começando agora gastar R\$ 300 ou R\$ 400 para ter internet de qualidade!", afirma.

Segundo ele, outro problema foi gerado pela reforma trabalhista. As mudanças, afirma, trouxeram para o trabalhador e seu advogado temores que antes não existiam, como a possibilidade de ser condenado por litigância de má-fé ou ter que arcar com os honorários de sucumbência. Campelo afirma que isso já tem inibido novas ações trabalhistas, diminuindo o acesso à Justiça do Trabalho.

Leia a entrevista:

ConJur — Quais são os principais gargalos da advocacia no seu estado?

Paulo Campelo — Nós sofremos com o acesso à internet, que é muito ruim, inclusive para ver o andamento processual. Esse é um dos grandes entraves aqui no estado, acredito que por conta da distância. Aqui, em alguns lugares, a internet ainda é por rádio e são poucas as empresas que ofertam fibra ótica aqui no estado. E essa tecnologia ainda é cara por aqui. Imagine a dificuldade para um advogado que está começando agora gastar R\$ 300 ou R\$ 400 para ter internet de qualidade!

ConJur — Quais os efeitos da reforma trabalhista para os escritórios de advocacia?

Paulo Campelo — A reforma trouxe um temor para classe por conta da possibilidade de condenação por litigância de má-fé e do trabalhador ter que arcar com os honorários de sucumbência. Isso tem inibido a apresentação de novas ações trabalhistas e diminuído o acesso à Justiça do Trabalho. Esse é um risco que o trabalhador antes não tinha.

ConJur — O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) mantém aberto um procedimento administrativo sobre a tabela de honorários da Ordem, por considerar que representa indícios de cartelização. Como o senhor avalia a medida?

Paulo Campelo — O Cade não tem competência para impor essa fiscalização contratual. A advocacia presta um serviço que, apesar de ter natureza privada, é de caráter público. A fixação de honorários é uma proteção contra o aviltamento dos honorários. A tabela é um parâmetro, inclusive para os clientes saberem qual o preço a ser cobrado e evitar excessos.

ConJur — O Ministério Público do Trabalho tem competência para ir a bancas fiscalizar se a figura do associado está sendo usada para maquiagem a relação de emprego?

Paulo Campelo — O MPT não tem competência para fazer essa fiscalização. Ações nesse sentido devem ser executadas pelo órgão de classe, ou seja, a Ordem dos Advogados do Brasil. É ela que tem a função e o dever de fiscalizar e identificar se estão ocorrendo irregularidades nas contratações feitas por bancas. O advogado que se sentir prejudicado por um escritório deve denunciar o ato à OAB.

Esta entrevista integra uma série de conversas com os presidentes das seccionais da OAB. Leia as que já foram publicadas:

Marcos Vinícius Jardim (OAB-AC)

Fernanda Marinela (OAB-AL)

Marco Aurélio Choy (OAB-AM)

Luiz Viana (OAB-BA)

Marcelo Mota (OAB-CE)

Juliano Costa Couto (OAB-DF)

Homero Mafra (OAB-ES)

Lúcio Flávio Paiva (OAB-GO)

Thiago Diaz (OAB-MA)

Mansur Karmouche (OAB-MS)

Leonardo Pio da Silva Campos (OAB-MT)

Alberto Campos (OAB-PA)

Paulo Maia (OAB-PB)

Ronnie Preuss Duarte (OAB-PE)

Chico Lucas (OAB-PI)

Felipe Santa Cruz (OAB-RJ)

Paulo Coutinho (OAB-RN)

Andrey Cavalcante (OAB-RO)

Rodolpho Morais (OAB-RR)



Ricardo Breier (OAB-RS)
Paulo Brincas (OAB-SC)
Henri Clay (OAB-SE)
Marcos da Costa (OAB-SP)
Walter Ohofugi Júnior (OAB-TO)

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2018-jan-25/entrevista-paulo-campelo-presidente-oab-ap/>